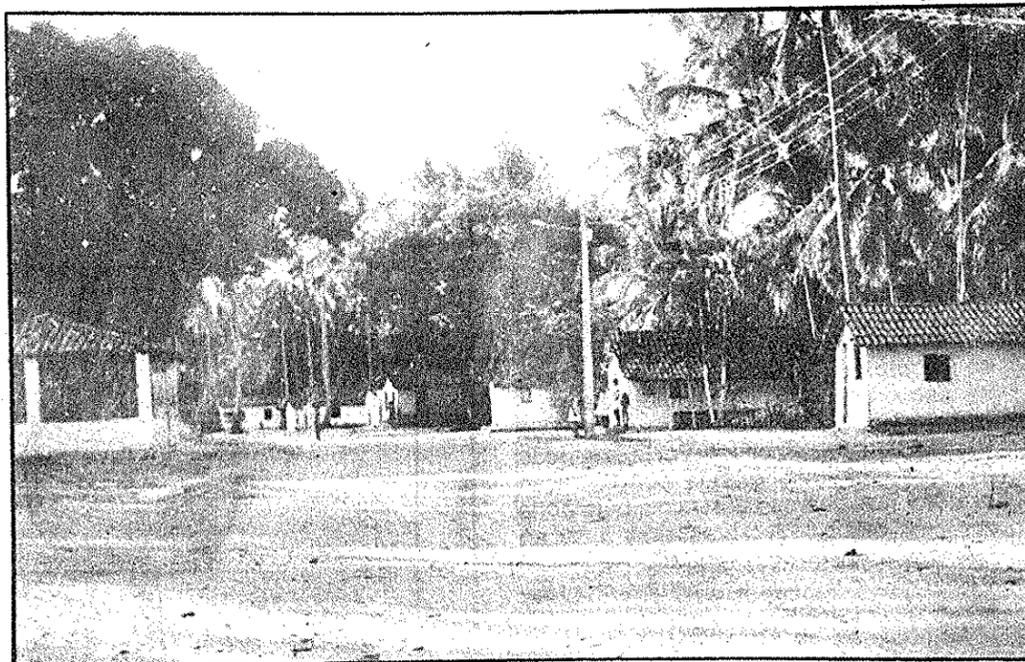




José Maurício, da Funai, confirmou as negociações com a usina



A aldeia está praticamente limitada à área em que é habitada pelas famílias dos indígenas

Funai levanta situação nas terras dos índios Potiguara

A Divisão Fundiária da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, criou um grupo de trabalho para levantar o quadro de ocupação das terras dos índios Potiguara, em Baía da Traição e Rio Tinto, na área que era denominada de Sesmaria de Montemor, para tentar devolvê-la aos seus legítimos proprietários. A área, que abrange seis aldeias - Craúna, Itaepé, Itana, Grupiúma de Cima, Balanças e Jardins - atualmente é ocupada pela usina Miriri e por posseiros que poderão ser indenizados pelo governo para abandonar a área.

O Administrador Regional da Funai em João Pessoa, José Maurício de Souza, disse que a Funai já está negociando com a destilaria Miriri para que a terra seja demarcada. No grupo que estuda uma solução para os conflitos entre índios e usina e posseiros está também o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário.

A invasão da reserva dos Potiguara é denunciada há pelo menos 40 anos. A terra em questão foi doada aos indígenas pelo Rei de Portugal. Eles receberam as Sesmarias de Montemor e São Miguel. A primeira foi quase que completamente ocupada pelos "brancos" e a outra reduzida de 36.000 para 21.280 hectares, hoje demarcados e protegidos pelo governo.

A Sesmaria de Montemor tinha, segundo os índios, 21.600 hectares, quase todos no município de Rio Tinto. A Funai diz que ela tem apenas 14 mil hectares e reconhece que nessa área estão

seis aldeias que abrigam cerca de mil índios que vem enfrentando problemas com os posseiros brancos, que hoje dispõem de documentos registrados em cartório que lhes asseguram o direito de posse. Muitos desses "proprietários" venderam suas "terras" a terceiros. Foi assim que a usina Miriri se instalou na área, que os índios reclamam e que agora a Funai procura resgatar.

José Maurício de Souza disse que o processo está em andamento em Brasília e que a comissão busca uma solução para o caso, mas admitiu que ele é lento. "Estamos negociando com a destilaria Miriri para chegarmos a um acordo e deixar os índios na sua terra demarcada", afirmou, acrescentando que a comissão também estuda formas de indenização aos posseiros da área.

OCUPAÇÃO

As usinas e proprietários já tomaram 14 mil hectares das terras dos Potiguara e agora estão também cobrindo a reserva já demarcada com cana, às vistas da Fundação Nacional do Índio, que admite sua ocupação e exploração por pessoas "estranhas" a Nação Potiguara.

A reserva que ocupa a sesmaria de São Miguel está se

transformando num grande canavial, explorado por rendeiros que pagam o arrendamento em cana-de-açúcar, numa proporção de quatro toneladas por hectare cedido, ao ano. O produto vai alimentar as usinas e destilarias que, segundo os próprios índios, tomaram parte significativa da reserva demarcada e cercada pelo Exército, em 1983.

As terras dos Potiguaras ficam nos municípios de Baía da Traição e Rio Tinto, distantes 80 e 60 quilômetros de João Pessoa. Nela vivem 5.500 caboclos, distribuídos em 16 aldeias, seis das quais ficaram fora da área demarcada e sob proteção do artigo 198 da Constituição Federal, que assegura serem essas propriedades "bens inalienáveis".

"Estamos abandonados. A Funai não dá assistência ao nosso povo que está sendo obrigado a arrendar as terras para garantir renda e emprego" disse o líder comunitário da aldeia do Forte, Antônio Ferreira da Silva, conhecido por "Marcelino", ao informar que 70 por cento da reserva está arrendada, percentual que foi confirmado pelo cacique dos Potiguaras, Daniel Santana dos Santos.

O cacique Daniel, em sua casa, onde estava também o chefe

do Posto da Funai, Wilk Célio Fernandes, disse que apenas duas aldeias, a que mora e a de Vila São Miguel ainda não arrendaram terras para o plantio de cana, e continuam cultivando lavouras de subsistência em várzea. Wilk Célio não soube informar a área ocupada e o número de rendeiros. O Administrador do escritório regional da Funai em João Pessoa, José Maurício de Souza considerou "exagerado" o número fornecido pelos indígenas: "Estive lá e percorri toda a reserva. Creio que a área arrendada deve ser de 40 por cento dos 21 mil hectares", afirmou, admitindo não dispor de nenhum controle sobre essas negociações. "A nova política da Funai é dar mais liberdade ao índio", comentou, acrescentando que "os índios não correm nenhum risco. Suas terras são inalienáveis. Quem entrar, perde".

O cacique Daniel não vacila em afirmar que dos 21.280 hectares não serão mais reduzidos. Ele não gosta dos arrendamentos e não faz segredo disso. Explica que permite que os líderes de aldeias procedam assim porque tem certeza de que se algum rendeiro decidir reivindicar um só hectare que seja, os Potiguaras se unirão para lutar pelo que é

seu. "Não vamos deixar que ninguém tome mais um pedaço sequer de nossa terra. Isso acabou", disse ele.

O Cacique confirma o arrendamento, a perda das terras mas não acusa ninguém. Já o líder da aldeia do Forte, Marcelino, não tem dúvida de que a culpa é da Funai. "Não recebemos nenhuma assistência. Eles prometem tudo, mas cumprem pouco", reclamou, informando não dispor de ferramentas para trabalhar a terra e de material para melhorar a pesca no mar.

Marcelino disse que a aldeia do Forte resiste mas os outros líderes arrêndam terra porque além do lucro da cana-de-açúcar os rendeiros ainda dão emprego aos índios. Essa situação existe, segundo ele, por conta do "descaço" do Governo e da Fundação. Ele contou que há um ano a Funai anunciou a compra de um trator e chegou a mostrar os documentos do veículo que jamais chegou a reserva. José Maurício de Souza explicou que o trator foi realmente adquirido mas a firma que ganhou a concorrência não quis entregá-lo alegando prejuízos.

"Nós realizamos a concorrência para a compra do trator e chegamos até a fazer a nota de empenho no valor de Cz\$ 327 mil, mas a firma ganhadora se recusou a entregar o trator pelo preço, argumentando que estava defasado" explicou. O Administrador disse que está fazendo tudo o que pode com os recursos que recebe, pelos Potiguaras, mas não soube informar quanto já foi aplicado este ano na reserva ou quanto está previsto para o próximo ano. Esses números, segundo ele, só quem tem é a Superintendência de Recife, uma vez que o escritório de João Pessoa só tem dois meses de funcionamento. Nesse período já entregou aos índios 345 enclachas, 15 carros de mão, 25 povilhadadeiras, 48 rodas de arame farpado, 65 estroventas, 145 foices, uma rede de pesca e uma peça de panagem para fabricação de redes de pesca, além de herbicidas, da aquisição de material e equipamento para o posto médico.



A expansão da lavoura canavieira determinou a invasão das terras indígenas na Paraíba

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Leandro de Araújo*

Class.: 111

Data: 05/11/87

Pg.: 09